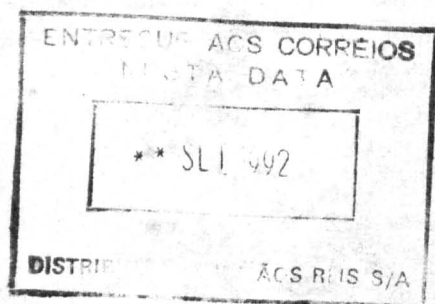


KARDEX	(✓)
PP-DOC	(✓)
MC/I-DOC	()

CONTEXTO PASTORAL

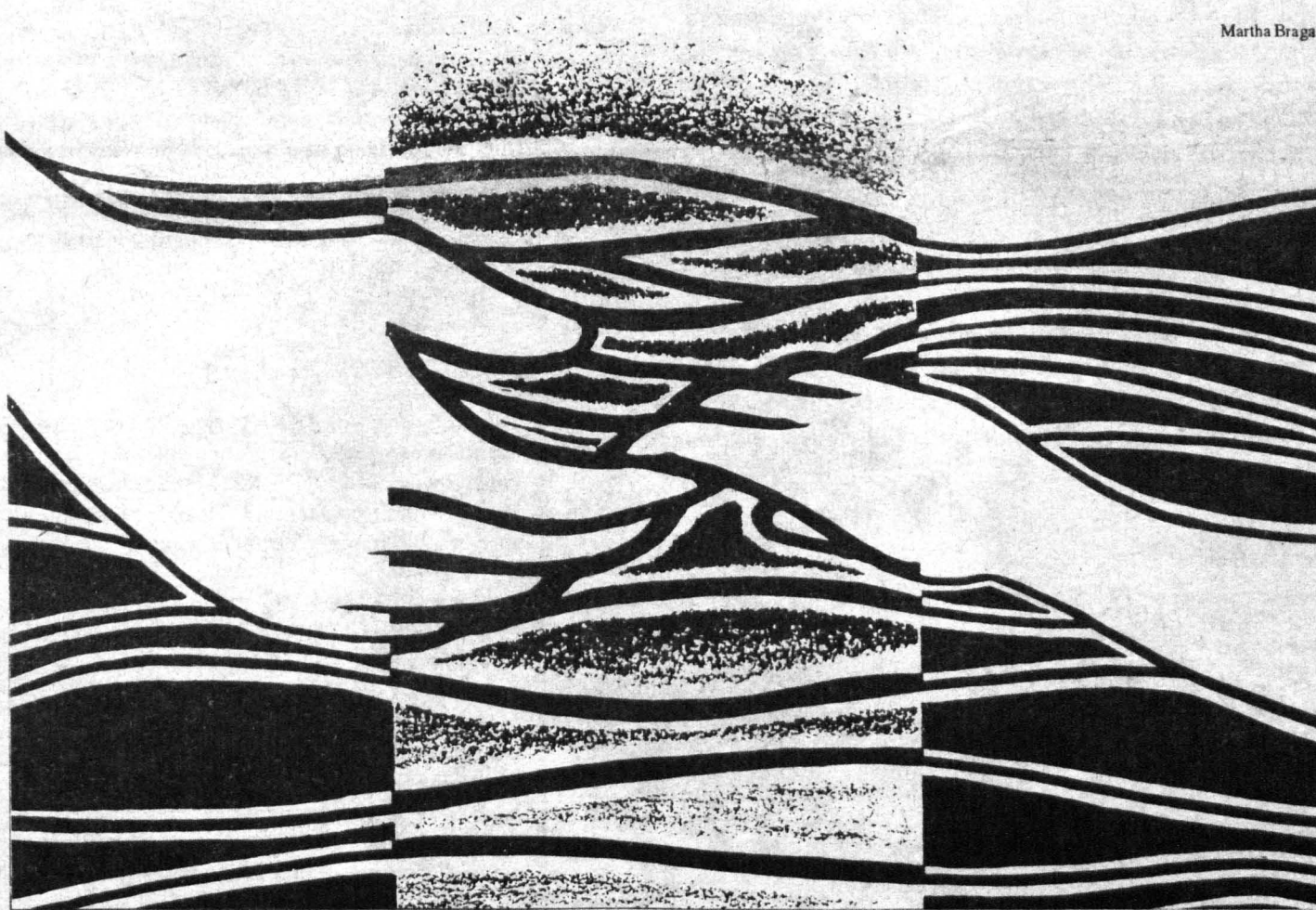
ANO II ■ JULHO / AGOSTO DE 1992 ■ Nº 9



EVANGELIZAÇÃO É BOA-NOVA SÓLIDÁRIA

Por mais definições que o termo “evangelização” possa abranger, é impossível tratá-lo sem que sejam levados em conta o anúncio do Reino e o compromisso de solidariedade com o ser humano, preocupações presentes na vida dos cristãos pela paz e justiça. CONTEXTO PASTORAL aborda estes e outros aspectos na seção ANÁLISE. Páginas 5 a 8

Martha Braga



IGREJAS E A CRISE BRASILEIRA

“Chamamos esta Nação a desenhar um novo projeto político para o Brasil, uma proposta que de fato venha saldar a enorme dívida social acumulada em todos estes anos de crescimento sem divisão do bolo”. Este é um trecho do documento das igrejas que compõem a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), dirigido à Nação brasileira, a propósito dos escândalos de corrupção e fraudes a que assiste o País. As igrejas apelam para “o indiciamento e a punição dos implicados”. Página 12

Debate

CONTEXTO PASTORAL traz nesta edição o terceiro suplemento *Debate*. A partir do tema da dívida externa, são apresentados os trágicos efeitos para a população brasileira, trazendo à tona artifícios e objetivos que estão por trás da política neoliberal do governo Collor. Aspectos bíblico-teológicos e postura de igrejas e organizações ecumênicas sobre o tema são também abordados.

LEIA MAIS

ELEIÇÕES MUNICIPAIS: Entrevista com Paul Freston — Página 3

CEBEP REALIZA XII SEMANA DE ATUALIZAÇÃO TEOLÓGICA — Página 9

TEOLOGIA FEMINISTA INTERROGA A UNIVERSIDADE — Página 10

CONVENÇÕES DA ECO 92 — Página 11

Evangelho: pulsação cotidiana

A busca de sentidos que este fim de século tem trazido a todos não permite a repetição de antigas idéias como refrão incansável da verdade.

Humildemente, todos seguimos questionados por tantas crises e desacertos, que nos voltamos aos princípios que nos movimentam... Mais que isto! Dirigimo-nos às experiências de vida reveladoras da nossa identidade.

Ali, debruçados sobre o ritmo da pulsação do cotidiano, é que retomamos os sentires que dizem respeito aos nossos sonhos. Sobre os mais fracos ainda se impõe toda espécie de degradação, contra nossos desejos de fraternidade. Ídolos, como novos deuses silenciosos da ganância e do poder, afirmam-se contra os desejos mais fundos de liberdade, de livre criação. A humanidade se ressentida e se entristece na descrença de que sejamos capazes de criar saídas; no Brasil isto se acentua no fosso que o exercício político de alguns tem aberto, num distanciamento cada vez maior dos anseios da população. Imobilizados e contraditórios, celebramos para repor a identidade com o Reino, que realiza todos os desejos contidos. Celebramos contra toda distância da graça.

Assim nos deparamos com o tema da Boa-Nova. Sem acusações de heresia — por favor —, será que ainda é Boa? Será que ainda é Nova? Ora, não é a força de nossas definições nem a clareza de nossas palavras que respondem a tais indagações. Mas a vitalidade da expressão entre irmãos e a sua tradução comunitária que atualizam os sentidos buscados. A nós, neste número do CONTEXTO PASTORAL, coube recolocar a questão da evangelização. Sem perder de vista que a vida é seu fundamento e que não há dimensões especiais do viver que se relacionem de modo privilegiado com a Boa-Nova.

Nossa abordagem evitou fixar-se de modo extremamente claro, tão nítido que "imexível" — como intocável certeza. Algumas perspectivas quanto à evangelização são expressas em nosso conjunto de análises, buscam abrir horizontes inclusivos e não fechar portas de compreensão e diálogo.

CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral do
Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais — CEBEP
(Rua Rosa de Gusmão, 543 — 13073-120, Campinas/SP.
Tel. e fax 0192-41-1459) e do
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI
(Rua Santo Amaro, 129 — 22211-230, Rio de Janeiro/RJ.
Tel. 021-224-6713 e fax 021-242-8847)

Editores
Luiz Carlos Ramos
Magali do Nascimento Cunha

Editores assistentes
Carlos Cunha
Paulo Roberto Salles Garcia

Jornalista responsável
Paulo Roberto Salles Garcia
(Mtb 18.481)

Diagramação e arte-final
Anita Slade

Fotolito e impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Marcos Alves da Silva
Paulo Roberto Rodrigues
Rafael Soares de Oliveira

Tiragem
11 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 2.500,00

Assinatura anual
Cr\$ 25.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 30.000,00

Exterior
US\$ 15,00

Os artigos assinados necessariamente não refletem a opinião do jornal.

Fique por dentro do CONTEXTO PASTORAL

Um jornal-painel a serviço da pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Uma publicação conjunta do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP) e do Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Assinatura anual: Cr\$ 25.000,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 30.000,00
Exterior: US\$ 15,00
Número avulso: Cr\$ 2.500,00

Os pedidos de assinatura, acompanhada com cheque nominal para o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), devem ser enviados para: Jornal Contexto Pastoral — Rua Rosa de Gusmão, 543, Jardim Guanabara, 13073, Campinas/SP.

CARTAS

Escreva para CONTEXTO PASTORAL — CEBEP
Rua Rosa de Gusmão, 543 — 13073-120 — Campinas/SP
ou para CONTEXTO PASTORAL — CEDI
Rua Santo Amaro, 129 — 22211-230 — Rio de Janeiro/RJ

Com satisfação entro em contato com V.Sas. para informá-los que venho recebendo, bimestralmente, o jornal intitulado "CONTEXTO PASTORAL", colocando-me a par das análises, debates e informações do evangelismo brasileiro.

Deputado Ivar Pavan

Líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
Porto Alegre/RS

Vai anexo cheque para pagamento de uma assinatura de CONTEXTO PASTORAL para a Biblioteca do nosso Instituto Teológico de Santa Catarina.

Aproveitando para saudá-los e parabenizá-los pelo excelente conteúdo do CONTEXTO PASTORAL.

Pe. Ney Brasil Pereira

Secretário do Instituto Teológico de Santa Catarina
Florianópolis/SC

Graça e paz!

Li no escritório do meu irmão, que é pastor, o jornal CONTEXTO PASTORAL nº 5. Achei-o muito interessante, é um veículo de comunicação muito importante na atualização de informações de nosso *métier*.

Gostaria de recebê-lo periodicamente em minha caixa postal. Fico no aguardo de uma resposta.

Igor Vilcinskis

Praia Grande/SP

Caros amigos,

Gratíssimo. A PPD — Pessoa Portadora de Deficiência — conseguiu um primeiro espaçozinho no CONTEXTO PASTORAL. Gostei, e muito, de ler nas "Notas": "Luteranos investem no trabalho com deficientes". Deu-nos muita alegria.

(...) A IECLB tem procurado abrir espaço para PPD. Em julho de 1988 foi constituído um Grupo de Apoio à PPD. Disso resultou uma série de coisas, todas visando conscientização. Pois vocês sabem que as Igrejas falam bonito, dão tapinhas nas costas da PPD, mas é só isso. E a IECLB achou que tinha que mudar isso. Como sempre houve o tal grupinho inicial, de pressão, um "lobby" no sentido histórico, e bom sentido da palavra. Tivemos, como PPD, presença na 8ª Assembléia da FLM (Federação Luterana Mundial) em Curitiba. Que eu saiba foi a primeira vez em assembléia mundial de uma denominação cristã.

(...) Vamos ver se conseguimos, na IECLB, montar algo parecido para os idosos: seminários já estão sendo organizados. (...) Temos que dar uma "chacoalhada" em todas as nossas igrejas que, em geral, pouco querem saber de PPD. Por isso é que sou tão grato pelo espaço que vocês nos deram.

Arno Glitz

Curitiba — PR

A DINÂMICA RELAÇÃO ENTRE FÉ E POLÍTICA

Entrevista com Paul Freston

Por Paulo Roberto S. Garcia e Luiz Carlos Ramos

Estamos às vésperas de eleições municipais em todo o País. Não será surpresa se o número de abstenções e votos nulos for maior do que o normal, tendo em vista os escândalos que se seguem e que comprometem a credibilidade da classe política brasileira. O teólogo e sociólogo Paul Freston aborda este e outros temas, a partir da ótica cristã evangélica.

Em tese, como percebe a ligação entre fé e política?

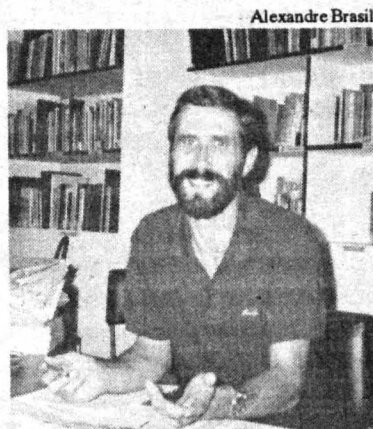
Eu a percebo no contexto da cosmologia cristã. A Revelação nos permite uma visão de mundo que abrange todas as áreas da vida. No meu entender, Deus nos chama para uma parceria; ele cria o mundo mas prepara a cena para a história humana, que seria o sétimo dia da criação e que continua até hoje. Nós não fomos colocados prontos e acabados no mundo, as possibilidades e potencialidades existem e devem ser desenvolvidas a partir dos parâmetros de Deus. Esse desenvolvimento não significa apenas o progresso técnico, mas também a elaboração de formas de vida em sociedade, que é o sentido lato da política.

Outro elemento seria o escatológico. Entendendo a escatologia como visão bíblica da nova terra, é uma grande inspiração para o esforço no "aqui e agora", no sentido de que tudo o que for feito de bom, belo e verdadeiro terá continuidade ou será incorporado na nova terra. Atualmente, vivemos uma oportunidade importante na qual a relação fé e política é destacada. Em primeiro lugar, por uma razão conjuntural, ligada às mudanças na política internacional dos últimos anos. Essas mudanças são uma oportunidade para se expressar a visão cristã da sociedade e da política. Por outro lado, há o ressurgimento, no Ocidente, de uma religiosidade mística, esotérica, genericamente ateuista que, em última análise, não vai sustentar um compromisso sério com a justiça social, com os direitos humanos. Por tudo isso, é bem provável que nas próximas décadas as bandeiras pela justiça e direitos humanos, por exemplo, acabem sob a responsabilidade dos seguidores da religião bíblica.

Podemos caracterizar o envolvimento de evangélicos em partidos de esquerda como avanço?

Uma coisa importante a ser frisada é que o crescimento evangélico numérico não tem destino político preestabelecido. Porque há uma colisão entre esse crescimento acelerado e o empobrecimento do Brasil e da América Latina, cuja consequência tem sido cada vez mais uma fragmentação política da comunidade evangélica. De forma que não sabemos, no caso de os evangélicos serem 30% da população daqui a 20 anos, qual será a influência sobre a política nacional. É óbvio que a tônica nestes últimos anos, desde a Assembleia Nacional Constituinte (1986), tem sido muito mais à direita. Não tão à direita quanto às vezes se diz. Por exemplo, no caso da famosa "bancada evangélica" na Constituinte, houve evidentemente votações em que os deputados a ela ligados divergiram bastante da grande maioria e essas votações criaram a fama (duração do mandato do José Sarney, a reforma agrária e outras ligadas aos aspectos comportamentais). Mas nas grandes questões "de interesse dos trabalhadores", como frisou o Departamento Intersindical de Apoio aos Parlamentares, é difícil classificar os deputados pentecostais como de direita.

Está claro que após a controvérsia em torno da bancada evangélica e da reativação da Confederação Evangélica do Brasil, esses escândalos dos evangélicos na política fizeram com que aqueles evangélicos que já discordavam dessa atuação e não se manifestavam fossem incentivados a fazerem. A partir das eleições para a presidência da República, isso pôde ser



Alexandre Brasil

observado nos movimentos pró-candidaturas de Lula, Brizola, enfim um engajamento sem precedentes, que não pretendia trabalhar com as cúpulas das igrejas, mas fazer a politização do evangélico como cidadão; enquanto

o movimento pró-Collor foi uma iniciativa basicamente de parlamentares e trabalhou mais com as cúpulas das igrejas, no sentido de que essas cúpulas orientassem seus rebanhos.

A postura ético-política dos parlamentares tem feito com que haja total descrédito com relação ao papel que devem desempenhar quando ocupam cargos públicos. Isso se reflete na intenção de parcela considerável de eleitores, até mesmo evangélicos, de anular o voto. Esta é a melhor saída?

Anular o voto não resolve porque pelo sistema eleitoral vigente, as pessoas continuam sendo eleitas por uma simples maioria de votos — a abstenção pode ser de 10 ou 90%, mas as pessoas serão eleitas do mesmo jeito e terão os mesmos poderes. Em segundo lugar, essa prática desanima aqueles que estão trabalhando para melhorar a situação.

Estamos às vésperas das eleições municipais. Diante do momento conjuntural que o País vive, marcado por denúncias de corrupção, é possível ser otimista?

É necessário sempre ter o otimismo realista do Evangelho, ou seja, confiar na graça de Deus. Deus continua no controle da História, e mesmo os homens que não reconhecem Cristo, são capazes de desejar a justiça, de se dar por causas altruísticas, de valorizar a verdade. Tudo isso é obra da graça comum de Deus. Por isso podemos recomendar os valores do Reino de Deus e esperar que surtam al-

gum efeito, mesmo sem a conversão individual da maioria da população. Eu diria que nunca acontece o melhor daquilo que sonhamos nem o pior que imaginamos, porque, de um lado, ainda não estamos de posse da plenitude do Reino de Deus, e por outro, porque Deus não abandonou o mundo e a História.

Temos que entender que a solução para problemas políticos é política; por isso não devemos fugir para outro nível supostamente espiritual. Tenho um pouco de receio quando evangélicos fazem pronunciamentos políticos e dizem que, no fundo, a solução seria espiritual ou em outro nível que não o do político. Creio que a solução para a má política é a boa política, e a solução para a má espiritualidade é a boa espiritualidade. Nós não precisamos fugir para outros níveis, porque o nosso Deus está em todas as áreas da vida humana e não restrito àquela que chamamos espiritual. A política diz respeito à fé cristã. Creio que não existem soluções mágicas, atalhos. Um atalho muito comum entre os evangélicos é o messianismo, ou seja, se se pudesse colocar o homem "certo", ou eleger um evangélico para presidente, por exemplo, tudo seria resolvido. Ou até mesmo, se o presidente se convertesse. Em geral, falta ao evangélico essa compreensão da política como sistema e não apenas como um homem que se coloca no poder e tudo se resolve.

As coisas não vão mudar da noite para o dia. É preciso um processo longo, mas sólido, de mudar a cultura política. No nosso caso, mudar primeiramente a cultura política evangélica e, claro, na medida do possível, influenciar a cultura política do País. Nesse caso vários níveis de atividades se fazem necessários: em primeiro lugar, o esforço para mudar a cultura política evangélica por meio do ensino da ética bíblico-política; em segundo lugar, o incentivo a que evangélicos realmente vocacionados entrem para a política, dando-lhes o apoio teológico e pastoral de que precisam; e em terceiro lugar, as atividades dentro das instâncias políticas.

IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL (31 de julho de 1903)

Emergiu no Presbiterianismo brasileiro e se organizou em 1º de agosto do mesmo ano. É hoje uma Igreja atuante e que reuniu, nestes oitenta e nove anos, um acervo de notável contribuição ao protestantismo brasileiro. Tem origens profundamente brasileiras.

Dois questões, a educativa e a maçônica, motivaram o rompimento com o presbiterianismo histórico. A primeira girou em torno do preparo de ministros brasileiros, independentes, inseridos na cultura brasileira, contra a presença de missionários norte-americanos com outras raízes culturais e que, embora procurassem evangelizar de boa vontade o povo, entretanto carregavam os vícios e os vezos de suas tradições, além de quererem impor seu jeito de ser, e formar os brasileiros dentro dos contornos culturais de fora.

Sentida a necessidade de ter seminário próprio, logo os missionários quiseram manter nele sua hegemonia. Quando uma campanha (a dos 100 contos de réis) para um seminário ia de vento em popa, as juntas missionárias ofereceram um prédio acabado, mas impuseram condições que não foram aceitas. Nesse contexto de jogo de interesses, surgiu, com o encerramento de "Imprensa

Evangélica" (jornal fundado por Ashbel Green Simonton) o periódico "Estandarte" (1893).

A questão maçônica teve seu auge num momento de verdadeira invasão das lojas maçônicas sobre as igrejas. Maçonaria e Igreja se opunham, diziam uns. As disputas internas se faziam entre: o Deus da Bíblia versus o Grande Arquiteto; a Graça salvadora versus a negação do pecado e a recusa de um Salvador. Uma consulta subiu ao Sínodo. Percebendo os antimaçons que eram minoria, tentaram uma fórmula conciliatória: "Nós (...), vimos pedir respeitosamente aos ministros e presbíteros maçons que abandonem a Maçonaria por amor da paz e da Igreja escandalizada e que o Sínodo reconheça o nosso direito de externar nosso pensamento sobre o assunto". O plenário foi intransigente e optou pela compatibilidade entre Igreja e Maçonaria.

Na mesma noite (31 de julho) dessa decisão, sete pastores e quinze presbíteros se retiraram e, numa reunião que invadiu a noite, carregada de forte emoção, decidiram criar a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (significativo este primeiro nome).

Pastor anglicano é diretor de Centro de Filosofia

Robinson Cavalcanti, pastor anglicano e escritor evangélico, é o mais novo diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal de Pernambuco. Eleito para um mandato de quatro anos, ele é o primeiro pastor a ocupar tal cargo naquela Universidade.

O CFCH, com cursos de bacharelado, licenciatura, mestrado e doutorado, é constituído pelos departamentos de Filosofia, Psicologia, História, Geografia e Ciências Sociais.

Novo endereço do CLAI-Brasil

O escritório do Clai-Brasil, cujo secretário regional é o pastor presbiteriano Cláudio Oliver dos Santos, tem novo endereço: Rua Vieira de Moraes, 618, conjunto 24, Campo Belo, 04617, São Paulo — tel. e fax (011) 531-8220.

Leonardo Boff abandona sacerdócio

Dias após o lançamento do mais novo livro no Rio de Janeiro, Leonardo Boff anunciou sua decisão de abandonar o sacerdócio, depois de brigar durante anos com o Vaticano pelo direito de expressar suas teses da Teologia da Libertação. Ele vai continuar com suas mesmas atividades de teólogo, mas agora sem dever mais subordinação à Igreja Católica.

“Continuaremos na mesma luta, mas em trincheiras diferentes”, é o título do comunicado divulgado por sua assessoria. No documento Boff conta que desde 1971 vem sofrendo contínuas pressões, provocações e punições por parte das autoridades doutrinárias da Igreja. Ele diz que se a teologia não se faz sensível ao clamor dos sofredores e não se desdobra numa pastoral de libertação e de consolação, não cumpre sua missão histórica.

“Prefiro as tribulações por causa do compromisso com a libertação dos oprimidos e marginalizados, à comodidade tranqüila”, diz Leonardo Boff.

Segundo Boff em seu comunicado, sua renúncia ao ministério sacerdotal não significa um abandono da Igreja, a quem afirma continuar amando. “Jesus não ficou só no templo mas, principalmente, nas ruas e nos caminhos onde se encontrava o povo sofredor”, afirma. (O Globo, 29/6/92)

Para igrejas cristãs, Rio-92 não responde “à gravidade da crise”

Os resultados da conferência da ONU para meio ambiente e desenvolvimento (Rio-92) “são uma resposta inadequada à gravidade da crise” ligada ao tema do evento. A conclusão é das igrejas cristãs que participaram, a convite do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), da conferência “Buscando novo céu e nova terra — uma resposta ecumênica à Cúpula da Terra”, realizada em Nova Iguaçu (RJ) paralelamente à reunião do Rio.

As igrejas afirmam que houve “conquistas e limitações” na conferência da ONU. Para elas, a “Declaração do Rio” é “um meio-termo apropriado entre as posições defendidas pelos vários países: reconhece a responsabilidade humana quanto ao cuidado com o planeta como um todo; que a crise ecológica é provocada, em

Antônio Carlos Ribeiro



Leonardo Boff

grande parte, pelas práticas consumistas e industriais das nações desenvolvidas; e convoca para uma maior cooperação internacional, a fim de enfrentar os problemas ambientais e de desenvolvimento”. A avaliação indica que várias resoluções da Rio-92 dão base para mudanças significativas “e talvez até radicais, se tomadas a sério e implementadas”. (Agen, 17/6/92)

Evangélicos criticam ação de Edir Macedo

A prisão do “bispo” Edir Macedo preocupou a comunidade evangélica. Há o temor de identificação com práticas de curandeirismo, charlatanismo e estelionato, acusações que levaram à cadeia o líder da Igreja Universal do Reino de Deus.

Isaltino Coelho Filho, pastor e diretor-geral da Faculdade Teológica Batista de Brasília, vê com reservas os métodos da igreja de Macedo para pedir dinheiro aos fiéis ou para promover “curas”. “As bênçãos de Deus não dependem de dinheiro, não podem ser vendidas”, argumenta. Ele explica que acredita em curas, mas critica a manipulação que leva as pessoas a se declararem livres de doenças como o câncer e a aids. “A apresentação de laudos médicos antes e depois das ‘curas’ daria mais credibilidade a esses movimentos”.

Na opinião do pastor luterano Ulrico Sperb, “não se pode iludir alguém dizendo que Deus vai curá-lo”. Segundo ele, trata-se da “comercialização do milagre”. (Correio Braziliense, 7/6/92)

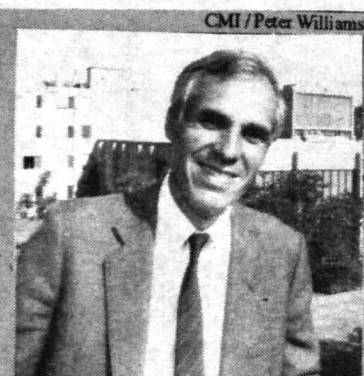
Literatura evangélica comemora sucesso

Nas grandes livrarias, alguns livros não estão na lista dos mais vendidos, tampouco os autores entre os mais lidos. No entanto, uma fatia do mercado literário atinge um público cativo e alcança tiragens cada vez maiores. Trata-se do filão evangélico, cujos

CMI elege novo secretário-geral

O teólogo alemão Konrad Raiser é o novo secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Ele foi eleito durante a 44ª reunião do Comitê Central da entidade, realizada em Genebra de 21 a 28 de agosto. Ele é a quinta pessoa a ocupar o cargo, e substitui o pastor Emilio Castro no comando do CMI, que reúne mais de trezentas igrejas-membros (cerca de 500 milhões de cristãos).

Konrad Raiser, também sociólogo e professor, é profundo conhecedor da entidade que vai dirigir a partir de janeiro de 1993. Mesmo lecionando na Alemanha, ele sempre esteve envolvido com os projetos e atividades por ela desenvolvidos. Integrante do Comitê Central, recentemente foi consultor para a Convocatória Mundial sobre



Konrad Raiser

Justiça, Paz e Integridade da Criação (Seoul, 1990) e delegado à Sétima Assembléia (Canberra, 1991).

No momento em que a entidade passa por um processo de reestruturação programática, a eleição de Konrad Raiser traz boas perspectivas para o CMI e todo o movimento ecumênico, na busca de novos caminhos que testemunhem a unidade dos cristãos em todo o mundo.

escritos são dirigidos a um público que é voraz consumidor desse tipo de literatura.

Com faturamentos anuais que ultrapassam a casa de Cr\$ 1,5 bilhão, as editoras investem especialmente em livros devocionais e acadêmicos. A Editora Vida é responsável pelo mais recente sucesso de vendas — “Este mundo tenebroso” — do americano Frank Peretti, e já promete o lançamento da continuação.

Uma das características marcantes desse tipo de livro diz respeito aos seus autores, em sua maioria estrangeiros, cuja experiência nem sempre diz respeito à realidade cultural, social e política vivida pelos leitores. Entre os dez campeões de vendas, seis são de autores estrangeiros. (O Dia, 25/6/92)

8º Intereclesial de CEBs na reta final

“Culturas oprimidas e evangelização na América Latina” é o tema central do 8º Encontro Intereclesial de Comunidades Ecle-

siais de Base (CEBs) da Igreja Católica, que será realizado de 8 a 12 de setembro em Santa Maria (RS).

A ênfase ecumênica será mantida, com a participação de mais de cem evangélicos no encontro. De acordo com um dos representantes evangélicos na Comissão Ampliada Nacional, o pastor metodista Claudio Ribeiro, o evento “será mais uma oportunidade para que o ecumenismo se consolide nas bases das igrejas cristãs”.

Um livro com cheiro da terra

“Madiha: O Cheiro da Terra” é o livro de poesias do pastor luterano Roberto E. Zwetsch, lançado em julho em São Paulo. “Madiha” é fruto da experiência do autor, que conviveu, juntamente com a família, durante sete anos com os povos indígenas no norte do País, e retrata o dia-a-dia dos indígenas e a sua luta pela sobrevivência. Trata-se de “uma obra poética com cheiro da terra, cheiro da vida e cheiro de Deus”.

PRESBITERIANISMO: ASHBEL GREEN SIMONTON NO BRASIL (12 de agosto de 1859)

O Presbiterianismo no Brasil se inicia com a chegada de Ashbel Green Simonton ao Rio de Janeiro. Em apenas oito anos de permanência, vitimado que foi pela febre amarela, organizou duas igrejas (uma, a atual Igreja do Rio, em 1862), o jornal “Imprensa Evangélica” (1864) e o Presbitério do Rio de Janeiro (1865). “Imprensa Evangélica” veio a ser sucedida por “O Estandarte”.

Embora originário geograficamente do “Board” de Nova Iorque onde predominava a “Nova Escola” de espírito mais aberto e avançado teologicamente, entretanto toda a sua carreira permaneceu ligada a outra, a “Velha Escola” que propunha uma igreja mais espiritual sem se envolver com os negócios humanos, e individualista. Esta corrente dispunha-se de maneira a poder aceitar o escravismo. É no espaço teológico da “Velha Escola” que ele é ordenado (presbitério de Carlisle) e quando organiza o Presbitério do Rio, este vai ficar ligado ao Sínodo de Baltimore também sob a influência da “Velha Escola”. Tratava-se de idéias e de práticas eclesiais que tinham, mais ou menos, suportes geográficos (Norte/Sul) e ligações históricas com a Guerra de Secessão.

Antonio G. de Mendonça (“O Celeste Porvir” — Ed. Paulinas) chama a atenção para certa ambigüidade no pensamento de Simonton. Nessa ambigüidade se destaca o pensamento antiescravista, que “pode ser levado mais à conta de seus sentimentos humanos do que a uma rigorosa coerência teológica”.

No trabalho evangelístico, embora bem decidido a converter católicos e outros, sempre se portou cauteloso nas referências à Igreja Católica Romana que tratava como “religião oficial do Brasil”, ou “religião de nossa sociedade”, ou ainda de “costumes religiosos deste país”. Isso ele fazia a partir da leitura de anúncios fúnebres, de conversas aqui e ali. Ia anunciando a doutrina da salvação e, às vezes, referia-se a práticas religiosas em que a salvação eterna parecia depender de celebrações religiosas que somente eram acessíveis aos que podiam pagar.

O seu ministério oculto, porém fecundo, deu origem a uma tradição presbiteriana que tem na atual Igreja Presbiteriana do Brasil a sua expressão mais antiga.

O Evangelho do Reino

Maria Clara Lucchetti Bingemer

Mateus (4.23) diz que Jesus ensinava nas sinagogas, proclamava a boa-nova do Reino e curava toda enfermidade no meio do povo.

A boa-nova a que se refere o evangelista é o Evangelho. Própria a Mateus, a expressão “Evangelho do Reino” designa seja o anúncio da “chegada” desse Reino de Deus, seja todo o conjunto de ensinamentos e instruções práticas de Jesus que Mateus liga umas às outras.

Além do anúncio do Evangelho, as curas significam que esse Reino anunciado já está em ação, muito concretamente, não apenas pela palavra, mas também e sobretudo pela práxis e ação de Jesus, sanadora, portadora de vida para todos aqueles e aquelas que atinge.

Creemos encontrar nessa passagem uma indicação iluminadora para aprofundar aquilo que entendemos por evangelização. Trata-se não somente de um anúncio de palavra, mas de uma palavra que respalda, explicita e clareia o significado profundo de um agir que é eficaz e transforma a realidade e as relações humanas.

Significando boa-nova, “Evangelho”

não designa no Novo Testamento um livro, mas a boa notícia pregada pelos apóstolos, da salvação trazida por Jesus Cristo. É o Evangelho de Deus, que está na origem da salvação e de sua proclamação.

Jesus Cristo é, pois, o primeiro pregador dessa boa-nova, tornando-se conteúdo e objeto dela após a ressurreição. A ação de Deus, presente na vida e obra de Jesus, se manifesta hoje e através dos tempos, pela Palavra da qual os discípulos são os portadores, com a assistência do Ressuscitado, que age neles e com eles.

O critério de veracidade e de verificação do verdadeiro Evangelho — e, portanto, da verdadeira evangelização — é, pois, a presença dessa concretude da ação de Deus que introduz uma novidade radical na vida humana. Desde os primeiros tempos do cristianismo, os discípulos viam, pela graça de Deus, suas palavras serem acompanhadas ou mesmo precedidas por sinais concretos que testemunhavam da força e do poder de Deus o qual constantemente vinha em auxílio da sua fraqueza e se manifestava, convertendo corações e transformando morte em vida.

Hoje também somos chamados a evangelizar unindo sempre mais indissoluvelmente testemunho e anúncio, palavra e ação, discurso e práxis. O Evangelho não é uma força mágica que rompe as barreiras humanas e salta por cima da temporalidade histórica. Mas, pelo contrário, é força de Deus que age na fraqueza dos meios humanos, fazendo brotar a vida ali onde ela, humanamente, seria impossível. Ou fazendo-a renascer e reacender-se ali onde se encontra agredida, diminuída, esmagada pela injustiça e pelas forças da morte.

Se o Evangelho a ser anunciado é o Evangelho da salvação, Mateus, por outro lado, deixa claro quais são os critérios dessa salvação (cap. 25). Dar de comer ao faminto, de beber ao sedento, vestir o nu, abrigar o sem-teto, mesmo não reconhecendo o Senhor que neles se solidarizava em amorosa e divina compaixão é o caminho concreto para viver em sua vida a esplêndida notícia dessa salvação que chegou definitiva em Jesus Cristo.

Evangelizar, anunciar com a palavra o Reino de Deus, prometido e dado em Jesus Cristo, é reconhecer e tornar público

que esse Reino já se encontra em ação na medida em que acontecem no meio dos homens e mulheres de todos os tempos sinais de vida e de verdade. Quando “toda doença e toda enfermidade” são banidas, o Evangelho pode ser saboreado em toda a sua dimensão de boa-nova e de anúncio do Reino de Deus.

Uma evangelização que não inclua, portanto, a luta pela justiça e o empenho efetivo e eficaz pela transformação da realidade poderá correr o risco de transformar-se em discurso vazio, em evangelismo que faz apelo ao emocional, mas que não participa da eficácia forte e poderosa da palavra que só Deus tem o direito de pronunciar sobre a história e que é por ele entregue, como dom e graça infinitas, aos homens e mulheres que envia por todo o mundo.

Uma evangelização que não implique ao mesmo tempo uma luta constante pela vitória da vida sobre todas as formas de morte não é capaz de encontrar seu referencial bíblico como boa-nova do Reino.

Maria Clara Lucchetti Bingemer é teóloga leiga católica e professora de teologia na PUC-RJ.

Evangelizar é...

Israel Belo de Azevedo

O que é evangelização, razão de ser das igrejas, embora elas a pratiquem numa teodiversidade tão elástica?

No plano das antíteses, umas a tomam com a tarefa de resgatar homens/mulheres da sombra da caverna para o côncavo da redoma, e outros a consideram como o labor de retirá-los da prisão da redoma para a largura do horizonte. Ambos dizem fazer evangelização.

Exclusivistas, os primeiros consideram evangelizando todos os habitantes da caverna, entendidos como todos os que não pulam amarelinha no quadrado do seu giz. Acusados de proselitistas, não se vêem pescando em aquário alheio, mas lançando a rede no vasto mar da recusa a Deus.

Inclusivistas, os segundos defendem que evangelizando são todos os prisioneiros da redoma, distantes da liberdade de serem livres. Tachados de universalistas, não entendem que estejam retirando do Evangelho a radicalidade da decisão.

Transcendentalistas, os primeiros querem pôr no homem/mulher o que não têm: a luz, a partir de um encontro pessoal com Deus por meio de Jesus Cristo. Imanentistas, os segundos querem fazer com que do homem/mulher brote a dignidade da semelhança com Deus, manifesta em Jesus Cristo.

Positivamente, evangelizar é...

... ser/fazer aquilo que o primeiro evangelizador era/fez.

Se se quer tudo num texto, nenhum é mais completo que Marcos 2.1-12, aqui lido com a lembrança de Jon Sobrinho (“A ressurreição da verdadeira igreja”), que relê o Paulo VI de *Evangelii Nuntiandi*.

Marcos define evangelização como um conjunto de práticas, nesta ordem:

TESTEMUNHO, a capacidade da testemunha em portar uma mensagem de tal modo que é confundido com ela. Marcos 2.1 informa que, quando Jesus chegou a Cafarnaum, a população ficou sabendo que ele estava em casa. Assim, evangelizar é viver de tal modo que o evangelizador se confunde com o objeto de sua mensagem, Jesus Cristo.

Duas ilustrações do anedotário cristão podem iluminar o conceito de identificação entre testemunha e mensagem:

1) Sachu Sundar Sing foi um pregador indiano que desapareceu; anos depois, um jornalista tentou, em vão, descobrir o seu paradeiro; numa comunidade, perguntou a um morador se conhecia alguém com algumas características, ao que ouviu: “Não. Este Sachu nunca vi. Quem passou por aqui foi um tal de Jesus Cristo.”

2) No auge do calor repressivo recente, um agente de informação queria provar que d. Pedro Casaldáliga era comunista. Perguntou a um camponês do Araguaia: “Você sabia que o bispo é comunista?”. “Olha, eu não sei o que é ser

comunista, mas se ser comunista é estar ao lado dos pobres, então ele é comunista”, respondeu.

Por vezes, os cristãos jactam-se desta performance e esterilizam o cristianismo tal como Narciso, embasbacado ante a capacidade de se confundir com a beleza.

ANÚNCIO, a capacidade do evangelizador em dizer, com palavras (com perdão para a tautologia), que o amor de Deus é maior que a doença, o medo, a angústia, o passado, o presente, o futuro, porque ele é o Senhor da história individual e coletiva, e deseja que o seu amor seja experimentado nos planos devocional e material e que este amor está disponível a todos quantos queiram ter com ele uma relação de intimidade.

Foi o que Jesus fez, ao dizer ao paralítico a boa-nova fundamental: “Filho, os seus pecados estão perdoados”.

Muitas igrejas se especializaram nesse tipo de evangelização, como se fosse sua única tarefa. A incompletude não os incomoda, talvez pela leitura seletiva que fazem do programa de Jesus.

DENÚNCIA, a capacidade do cristão de se opor, por palavras e gestos, a tudo o que se opõe à vontade de Deus, que é a de que todos vivam dignamente. No texto, a antívida era o comportamento dos escribas, cuja teologia conservadora colocava o sagrado contra a saúde das pessoas. Essa antívida foi denunciada como

um aspecto da tarefa evangelizadora de Jesus.

Por vezes, comodamente achamos ter cumprido o “ide” jesuânico juntando forças às dos que levam sua voz contra as correntes da morte, quando, visitando a prática de Jesus, vemos que sua denúncia era parte de um projeto maior.

TRANSFORMAÇÃO, a capacidade do cristão de se envolver para que as pessoas em condições de vida anti-humanas possam ser apoiadas a fim de encontrarem outra dimensão para as suas existências. No caso do evangelizando de Cafarnaum, a sua dignidade foi restabelecida, primeiro porque pôde andar e, segundo, porque, por seu intermédio, as pessoas viram o amor de Deus. Jesus não se contentou em anunciar que os seus pecados estavam perdoados, como faria um evangelista transcendentalista, mas fê-lo levantar-se e seguir uma vida normal.

Neste texto, o velho dilema evangelização versus ação social fica no lugar onde deve estar: na cabeça dos filhos de Mani(queu). Ele não existe na prática de Jesus. Se queremos ser cristãos, esta deve ser também nossa prática, pelo menos, nosso modelo de prática.

Israel Belo de Azevedo é pastor batista, professor no Departamento de Comunicação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e editor-executivo da Editora Unimep.

Histórico das práticas evangelísticas até a teologia da libertação

Antônio G. Mendonça



A distinção entre Protestantismo de Missão e de Imigração que já é clássica e que se faz em qualquer tipo de estudo sobre o protestantismo no Brasil é válida para a história da evangelização protestante em nosso país. Esses dois braços do protestantismo apresentaram e apresentam duas estratégias diferentes na conexão com a sociedade brasileira: o primeiro, no seu todo, limitou-se historicamente à reprodução interna da sua fé por causa do isolamento determinado pelas condições peculiares do projeto de colonização a ele imposto; o segundo, ao contrário, resultou da ação agressiva de missões desde o início voltadas para a sociedade brasileira. Hoje, o de imigração, modificadas as condições originais de sua implantação, volta-se para a evangelização em frentes pioneiras de colonização ao passo que o de missão encolhe-se como se já tivesse cumprido sua tarefa e cede lugar à agressividade dos carismáticos e pentecostais.

Vamos tratar aqui somente da história da evangelização protestante originária da ação missionária, principalmente norte-americana. A opção não se funda em qualquer tipo de valoração, mas na opção deste trabalho.

PANO DE FUNDO TEOLÓGICO

Toda evangelização carrega consigo um arsenal teológico, assim como toda mudança de rota das correntes teológicas repercute na ação evangelizadora. É muito frequente entre os estudiosos de evangelização e missões não levar em conta o conjunto de idéias predominantes em determinado projeto de evangelização e focalizar, em seus estudos, somente a estratégia e avaliar sucessos e insucessos somente a partir daí. Não há nenhum projeto evangelístico ou missionário que não reflita determinada linha teológica o que, naturalmente, condiciona os rumos e os resultados. Daí que a insistência em determinados projetos e suas estratégias sem a análise da teologia neles embutida e a adequação ou não ao tempo e espaço levam quase sempre a poucos resultados.

Isto vale também para qualquer avaliação histórica da evangelização. Que tipo de pensamento teológico predominou nos sucessivos momentos do processo histórico da evangelização? Como pano de fundo teológico de toda a ação missionária e evangelizadora do protestantismo de missão no Brasil, colocaremos a teologia dos *revivals*. De fato, embora as diversas estratégias da evangelização no Brasil tenham usado outros pressupostos teológicos, a experiência religiosa, ou a conversão instantânea, nunca deixou de ser componente, ou

até mesmo objetivo importante, da ação evangelizadora.

Primeiramente veremos a evangelização dos *revivals* com sua respectiva teologia, depois a evangelização por impacto cultural, a evangelização pelo conhecimento e a evangelização iluminista, assim como suas estratégias peculiares.

A evangelização dos *revivals*: estratégias

Nenhuma forma de pensamento é absoluta, nenhuma teologia é pura. Todas as correntes filosóficas e teológicas são mescladas de traços cruzados e às vezes antagônicos. É por isso que encontramos na base da teologia dos *revivals* aquele rasto característico do romantismo liberal que avança do século XVIII para o XIX e que via no homem a bondade natural e a capacidade para responder aos mandamentos e ao perdão oferecido por Deus. As tradicionais doutrinas protestantes que impunham ao homem uma culpa herdada do pecado original foram sendo deixadas de lado porque já não tinham mais espaço no ambiente do humanismo romântico já mesclado de racionalidade. Assim, o reconhecimento da própria culpa pelo auto-sacrifício de Cristo na cruz, o arrependimento, a aceitação do sacrifício vicário e a marcha da santificação, passaram a configurar o processo de conversão. A conversão, termo compreensivo desse processo complexo de emoção e racionalidade, passou a ser a chave-mestra da salvação individual, instrumento importante das profundas mudanças pelas quais passou o universo protestante do século XIX.

Os *revivals* compõem a tendência geral dos três grandes movimentos protestantes ocorridos em parte do século XVIII e parte do XIX: o pietismo, o metodismo e os grandes avivamentos americanos. Esses movimentos, independentes entre si, configuraram, no entanto, aquilo que acima foi chamado de processo da conversão ou teologia da salvação individual. Apesar do traço de racionalidade presente na teologia da salvação individual, isto é, de que havendo culpa ela tem de ser redimida, ou pelo próprio culpado ou por outrem em seu lugar, o grande mérito do movimento foi contrapor-se ao deísmo avassalador que se seguiu ao Iluminismo. Não é difícil de ver, no complexo da salvação individual, os fortes ingredientes de emoção necessários à condução do indivíduo à decisão pessoal. Humanismo, racionalidade e emoção juntam-se num mesmo processo. Ao longo da história da evangelização protestante no Brasil esses componentes se alternam em predominância nos vários momentos dessa história, mas permanecem associados, não sendo impossível identificar uns e outros. Sob o pano de fundo dessa teologia geral da evangelização, vamos realçar suas estratégias e seus canais.

De maneira geral, os missionários que vieram para o Brasil no século XIX estavam imbuídos do espírito dos *revivals* e por ele nortearam a ação evangelizadora. Mas, como sempre, a motivação teológica segue as circunstâncias, o eixo do processo no que se refere à culpa do pecador, privilegiou os “erros” da religião dominante em lugar dos males sociais do seu *locus* original. Não que aqui os males sociais não fossem condenados pela pregação missionária. Eram só vistos como seqüelas dos “erros” da religião dominante. Entendemos hoje que esse desvio de objeto é responsável, ao menos em parte, pela crise de identidade e de poder de fogo do protestantismo histórico no Brasil. A Igreja Católica, poderosamente instalada na sociedade e na cultura, resistiu e produziu no protestantismo uma espécie de cansaço e fê-lo recolher-se aos próprios fortins. Não tendo, desde o começo, estabelecido canais diretos de comunicação com a sociedade brasileira nem ajustado a mensagem religiosa às novas realidades, não conseguiu desenvolver senão uma religião alternativa.

Naturalmente que, desde o começo, os missionários desenvolveram no Brasil a prática da pregação evangelística tendo como base a teologia dos *revivals* em que a “mudança de rumo” (conversão) consistia, essencialmente, no abandono da “antiga” religião pela “nova” religião. É interessante notar, no entanto, que a necessidade de provar “erros” (da religião dominante) e “verdades” (da nova religião), introduziu mais um componente de racionalidade na pregação missionária. Elementos demonstrativos com argumentos, provas e contraprovas entraram como partes importantes dos sermões e conferências religiosas. Daí que os grandes evangelistas sempre foram aqueles que souberam aliar na oratória engenho e arte. Engenho na argumentação (demonstração de verdades) e arte (despertamento de emoções). Intelecto e emoção fizeram aliança nessa evangelização. Tal aliança foi tão forte que deslocou a centralidade da pregação, cujas motivações são mais religiosas, para “conferências religiosas”, cuja conotação se aproxima mais da lógica da ciência. Sem desprezar o coração, pagou-se tributo ao intelecto. Até hoje o protestantismo no Brasil dança na corda bamba dessa ambigüidade. Não soube desvencilhar-se do seu comprometimento inicial de contrapor verdade e erro. Hoje, as pessoas relativizaram “verdades” e “erros” e querem resolver seus problemas não à luz de racionalidades, mas no espaço obscuro dos mistérios.

As chamadas “conferências religiosas” começaram quando surgiram os primeiros pastores brasileiros que, ao lado da formação teológica oferecida pelos missionários, sabiam manejar a língua na melhor tradição da oratória luso-brasileira. As “conferên-

cias”, ao mesmo tempo que configuravam a oratória sagrada clássica ao estilo de Vieira, Montalverne e outros, pretendiam revestir-se daquela aura científica da demonstração neutra de verdades. Embora aos domingos os púlpitos das igrejas sustentassem vigorosos, longos e retóricos sermões, eram os salões e teatros que ofereciam o espaço neutro preferido para as conferências. Pode-se dizer que este período que vem da última década do século XIX até os anos de 1950 foi responsável pelo relativo crescimento das igrejas protestantes históricas.

A técnica de conquista de novos membros para as igrejas era de promover “séries de conferências”, regra geral de domingo a domingo. Após preparar a igreja para o evento evangelístico com reuniões de oração, preparo do coro e dos cânticos especiais, comissões diversas como de visitação e distribuição de convites, abria-se a série, reservando-se os três ou quatro dias finais para um conferencista consagrado. Havia um crescente de entusiasmo e fervor à medida que se aproximava a noite de encerramento da série em que o apelo final à conversão canalizava para a igreja local numerosos novos membros. Daí por diante era dever da igreja consolidar as conquistas inserindo os novos fiéis na rotina das atividades religiosas normais.

Impacto cultural

Desde o início do protestantismo no Brasil desenvolveu-se uma estratégia paralela às outras estratégias de evangelização: a educação. A estratégia da evangelização pela educação pode ser vista por dois prismas: as escolas paroquiais e os grandes colégios missionários. As escolas paroquiais constituíram-se em instrumentos auxiliares da evangelização direta. A evangelização direta, que abrangia todas as estratégias de comunicação direta e pessoal da mensagem religiosa protestante, visava as camadas pobres e iletradas da população, o que trazia uma dificuldade fundamental porque essa mensagem é essencialmente oral e escrita. Exige vocabulário e capacidade do receptor para ler a Bíblia, os hinos e outros materiais escritos. As escolas paroquiais, muito difundidas pelos metodistas, batistas e presbiterianos, constituíram ao longo do tempo, e até quase recentemente, instrumentos de garantia da evangelização das gerações que sucederam os primeiros conversos.

Mas a evangelização pela educação por intermédio dos colégios constituíram-se em estratégia que pode ser chamada de evangelização por impacto cultural. Pretendia, ao endereçar-se à elite, causar um impacto da cultura norte-americana na camada dominante da sociedade brasileira a fim de convertê-la aos princípios republicanos, democráticos e liberais que eram vistos

como a melhor expressão do cristianismo protestante. Não há indícios visíveis de que essa evangelização tenha dado resultados contabilizáveis para o protestantismo no Brasil e para as missões. Em que pesem o esforço e os recursos despendidos, não era empresa fácil o confronto com uma cultura já latinamente bem definida. Por outro lado, a elite brasileira, liberal e secularizada, não estava interessada em religião e muito menos em comprometer-se com uma “nova religião” eticamente muito exigente.

A evangelização por impacto cultural teve de contentar-se em deixar com a sociedade brasileira a única coisa em que esta estava interessada: uma técnica de educação moderna que vinha ao encontro dos anseios de uma elite liberal e progressista. Com o passar do tempo os colégios protestantes secularizaram-se completamente e ajustaram-se à sociedade brasileira.

Pelo conhecimento

Outra estratégia muito visível na evangelização protestante no Brasil pode ser chamada de evangelização pelo conhecimento. Aliás, conhecimento é conceito muito importante no protestantismo. O pressuposto primordial da evangelização pelo conhecimento é o de que a leitura da Bíblia é por si só capaz de levar os indivíduos a se converterem à fé cristã protestante. As duas vertentes principais dessa estratégia foram a colportagem e a escola dominical. Houve figuras clássicas da colportagem no Brasil a serviço da Sociedade Bíblica Americana. O serviço de distribuição de bíblias foi muito extenso no Brasil, havendo relatos de pequenas comunidades protestantes formadas, muito antes da chegada de qualquer missionário, só pela leitura da Bíblia.

É sabido, entretanto, que o mais influente veículo evangelizador do protestantismo histórico no Brasil foi, e talvez ainda seja, a sua mais venerável instituição: a escola bíblica dominical. Na escola dominical ensina-se a Bíblia a crianças e adultos na pressuposição de que mais dia menos dia os alunos, pelo conhecimento adquirido, passarão naturalmente pela experiência da conversão, seja ela traumática ou não. De qualquer maneira, o protestante passa sua vida na escola dominical na suposição de que uma vida inteira é insuficiente para aprender tudo o que a Bíblia tem. Como diz Carl Hahn em *História do Culto Protestante no Brasil*, em muitos lugares, a escola dominical foi o próprio culto.

A escola dominical tem como objetivo o ensino da Bíblia, mas apresenta atrativos paralelos, principalmente para as crianças. A mecânica evangelística da escola dominical sempre foi, primeiro, a atração das crianças e, com elas, a dos pais e vizinhos e, em seguida, a organização da igreja.

Iluminista

Nesta questão das estratégias, é necessário não esquecer um projeto evangelístico pouco lembrado pelos pesquisadores do protestantismo no Brasil. Ao findar o primeiro século de sua presença no Brasil, os presbiterianos, com um ministério acade-

micamente bem preparado, sentiam que havia necessidade de atingir aqueles que, nas grandes cidades, não estavam ligados a nenhuma igreja e que ostentavam nível cultural não acessível à mensagem religiosa padrão das igrejas. Para atingir essas pessoas era necessária uma estratégia diferente. Miguel Rizzo Jr., um dos mais entusiastas pela educação acadêmica em alto nível dos pastores, fundou, em 1931, em São Paulo, o Instituto de Cultura Religiosa, com o fim de atingir os intelectuais e secularizados com publicações e conferências públicas em locais religiosamente neutros. O Instituto publicou, durante muitos anos, a *Revista de Cultura Religiosa*, depois *Fé e Vida* e, por último, *Unitas*. Essas revistas, que contavam com colaboradores de diversas denominações, buscavam compatibilizar a fé cristã com os diversos ramos da ciência, principalmente a psicologia. O próprio fundador do Instituto publicou livros na mesma temática, como *Varão de Dores*, *Manto de Púrpura*, *Cristianismo Positivo*, *Religião* e outros. Apesar de ter tido muitos colaboradores, não teve quem continuasse sua obra e o projeto de evangelização que poderíamos chamar de iluminista, por fazer voltar à tona as velhas idéias protestantes de associar a fé à ciência, ou à religião razoável, morreu.

Os canais

Os canais dessas estratégias de evangelização foram em boa parte, portanto, os missionários, os pastores brasileiros, os professores das escolas paroquiais e dos colégios e, principalmente, os leigos. Num território extenso como o Brasil, com desenvolvimentos regionais desiguais e, acima de tudo, com muitas áreas ainda não ocupadas, a migração interna foi e tem sido muito favorecida. A trilha do café que fez avançar pelo estado de São Paulo sucessivas ondas migratórias, assim como a colonização do norte do Paraná na primeira metade deste século, são exemplos do sucesso da evangelização através da ocupação do espaço por famílias migrantes.

A importância da evangelização leiga foi posta em relevo principalmente por Carl J. Hahn na sua obra já citada. O processo da evangelização leiga seguia mais ou menos o seguinte itinerário: 1) chegada da família a um novo lugar de moradia e trabalho; 2) realização dos primeiros cultos domésticos só com membros da família; 3) convite aos vizinhos para participar deles; 4) com a atração de crianças iniciava-se a escola dominical; 5) a atração de mais adultos através das crianças; 6) organização de uma missão, ponto de pregação ou congregação e, por fim, uma igreja. É neste último estágio que se iniciava a institucionalização ou clericalização do trabalho leigo. Os batismos e outras celebrações exclusivas dos clérigos introduziam os novos grupos no sistema religioso oficial local, regional e nacional. Mas, a evangelização fora trabalho dos leigos.

É bom lembrar sempre que a evangelização leiga foi uma das coisas mais interessantes da propagação do protestantismo no Brasil. O protestantismo é uma religião

da palavra, das letras, do entendimento. O anseio por poder ler e entender os textos sagrados, as letras dos cânticos e o material escrito que as emissões foram logo produzindo, levou muita gente a aprender a ler em idade madura. Os exemplos deste fato são numerosos, principalmente dos que se alfabetizaram tendo como cartilha a própria Bíblia. Essas pessoas de escassas letras presidiam as reuniões religiosas lendo extensos textos bíblicos, dirigindo as orações e os cânticos. Não pregavam porque não estavam autorizadas a fazê-lo, mas acreditavam que a fé viria pelo ouvir. E vinha. Houve época em que os presbiterianos, que valorizam muito a proclamação da Palavra, começaram a imprimir sermões e a distribuí-los para serem lidos pelos leigos nos cultos que presidiam. A impressão é a de que esta estratégia não surtiu muito efeito porque os sermões lidos nunca foram muito apreciados. Inibem a oratória.

Mas, o canal de evangelização leiga típico foi e ainda é a escola dominical. Quem ensina na escola dominical é o leigo. É raro pastores darem aulas nessa venerável instituição protestante. É possível que o motivo esteja na manutenção da autoridade dogmática. Na escola dominical admite-se a discussão da lição entre professores e alunos e opiniões divergentes são pelo menos ouvidas sem que o professor tenha sua autoridade posta em dúvida. Se o pastor estivesse ali, sua autoridade poderia ser arranhada, o que não é bom para a comunidade que poderia perder seu referencial de apoio. Assim, o pastor é preservado para o púlpito, contra o qual não há contestação e os enunciados são finais.

Hoje a escola dominical parece decadente mas ainda é o escalão avançado da evangelização protestante. Basta notar que o fator “visitas” ainda é importante nos burocráticos relatórios dominicais. O visitante é o convidado a assistir às aulas para aprender a doutrina da fé e, assim, ser evangelizado. Os parques divididos das igrejas protestantes tradicionais ainda devem ser creditados à escola dominical.

Por fim, é necessário registrar ainda uma importante estratégia leiga de evangelização. É a estratégia da distribuição de folhetos. É a estratégia mais simples que há, pois que não exige do seu ator nenhuma habilidade oral. Nem precisa saber ler. Basta recolher gratuitamente os folhetos em sua igreja ou diretamente nas instituições distribuidoras e sair por aí pondo-os nas mãos das pessoas sem que seja necessário pronunciar uma só palavra. Há muitos relatos de conversões pela simples leitura de folhetos. O teor desses folhetos é, na sua maioria, calcado em experiências pessoais vistas à luz da fé protestante e assim interpretadas. Mas, como procedem principalmente de outros contextos, soam um tanto deslocados, mas mesmo assim surtem efeitos.

A estratégia evangelística dos folhetos começou com a pioneira Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos, fundada pelos presbiterianos em 1883, como tentativa de um trabalho comum de evangelização. A Sociedade de Tratados teve larga produção de folhetos ou até mesmo de pequenas

brochuras, alguns deles dedicados à polêmica com a Igreja Católica. A Sociedade de Tratados encerrou sua carreira em 1897, mas a estratégia por ela iniciada continua até hoje.

SITUAÇÃO ATUAL

Numa visão muito panorâmica, a evangelização parece não estar hoje nas mãos das igrejas tradicionais protestantes. A Teologia da Libertação não sensibilizou nem as igrejas protestantes tradicionais nem as pentecostais.

As igrejas pentecostais têm seu projeto evangelístico e sua estratégia própria. Essa estratégia está muito próxima da tradição das igrejas protestantes históricas, só que é muito mais agressiva e tem tido sensibilidade para ajustar sua mensagem às novas condições da sociedade brasileira. A agressividade e a sensibilidade têm sido eficazes para o crescimento muito grande das igrejas pentecostais, embora, no seu conjunto, a evangelização pentecostal seja muito criticada por causa da alienação social produzida pela sua mensagem religiosa. Mas, há quem pense que as igrejas pentecostais estão evangelizando o Brasil. A diversidade de pontos de vista, parte da divergência a respeito do próprio conceito de evangelização. É questão em debate.

As igrejas tradicionais protestantes, a não ser os esforços leigos da escola dominical, parecem ter transferido a obra evangelística para as organizações para-eclesásticas de caráter conservador. São numerosas as que atuam no Brasil. Elas usam as mais diversas estratégias para atingir homens e mulheres de negócios, profissionais liberais, juventude, estudantes. Há tentativas de evangelização massiva, o que hoje está se tornando difícil, a não ser pelo uso da mídia, o que custa muito dinheiro. Assim, tanto os agentes dessa evangelização como os recursos investidos não se originam das igrejas e nem com elas têm compromisso. As igrejas estão alheias a esse processo e pouco ou nada capitalizam dessa evangelização, a não ser conflitos internos provocados por doutrinas religiosas veiculadas pelos agentes e pela mídia e que não são assimiladas pela tradição das igrejas, pelo individualismo incompatível com a vida comunitária e pela ética radicalmente conservadora que envolve características sectárias distanciantes da realidade social.

Nestas circunstâncias, temos de considerar crítico o momento em que vivem as igrejas no Brasil, quando se pensa em evangelização. Evangelização tem a ver com as igrejas e não pode ser objeto de certo marketing neutro que se entrega a agências especializadas. As igrejas terão de assumir a evangelização, a não ser que estejam dispostas a perder de vez a relevância no cenário nacional.

Antônio G. Mendonça, da Igreja Presbiteriana Independente, é professor do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião no IMS (São Bernardo do Campo-SP).

Entre velhas e caducas letargias

MEDITAÇÕES SOBRE LITURGIA E EVANGELIZAÇÃO

Luiz Carlos Ramos e Paulo Roberto Rodrigues

Nem liturgia nem evangelização

Manhã de abril, numa bela praia do litoral baiano (1500) autóctones bestificados diante de um altar. Pomposos guerreiros celebram o santo sacrifício... (Profecia do martírio de muitos indígenas? Consagração da empresa colonialista?)

Noutra manhã, em junho, num palácio do Planalto Central (1992): a portas fechadas, alguns evangélicos oram com o Presidente rogando o afastamento do cálice sacrificial... (Santificação da impunidade dos amigos do poder?)

Não há como negar a relação entre evangelização (mesmo as más e velhas notícias) com a liturgia. Aqui e ali, ontem e hoje, a liturgia veicula as intensões explícitas ou implícitas dos projetos missionários.

Resta-nos saber onde colocar o foco desta meditação: enfatizar a liturgia, privilegiar a evangelização ou destacar a relação entre as duas? Optamos por não considerá-las pólos excludentes, em oposição ou identificação (evangelização ou liturgia, evangelização x liturgia, evangelização + liturgia, evangelização = liturgia). Queremos privilegiar o movimento tensional entre ambas (evangelização-liturgia).

Tensões e intenções da liturgia-missão

Os gregos chamavam liturgia toda ação realizada em favor da comunidade (*leitos* = público + *ergón* = serviço). Assim, a pesquisa de um cientista na procura de uma vacina é liturgia. O cultivo de uma horta comunitária é liturgia. O mutirão que constrói uma creche é liturgia. A Nona Sinfonia de Beethoven é liturgia.

E Deus... Nesse sentido, Deus é o litúrgico por excelência. Dentre as suas mais belas liturgias contemplamos, prelúdio dos tempos, o gesto criador dos céus e da terra, sua mão poderosa ao tirar os hebreus do Egito, páscoa, seu braço firme ao conduzi-los em romaria à terra da promessa, ações realizadas em favor do povo pequenino (missão)... Culminando com seu advento em Jesus de Nazaré — a plena liturgia divina — que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida (Mc 10.45). Um Deus apaixonado, que se faz comida e bebida, porta e caminho, sopro da vida e toque do amor, transfigurando morte em ressurreição. Páscoa, desfile dos desejos divinos: “E vimos a sua glória, como a do filho gerado no Pai” (Jo 1.14).

Esta liturgia divina é a grande notícia — Evangelho — oferecida a toda huma-



Liturgia: “espaço de partilha dos sonhos e anúncio de esperanças”

nidade. Convite à unidade na diversidade. Pela atuação de Deus não há mais diferença entre judeu e grego, entre homem e mulher, pois todos somos um só em Jesus Cristo (Gl 3.28). Pentecostes: a humanidade congregada num culto universal. Compete-nos acolher a liturgia divina (graça) nas liturgias humanas (evangelização).

A celebração nossa de cada dia

Isto bem-dito, o que ousamos fazer é celebrar a Liturgia. Destacar, realçar a ação de Deus em nosso favor: “... porque ele é bom e seu amor dura para sempre” (Sl 136). Compete à comunidade encontrar sinais, símbolos e ritos que nos apontem o agir de Deus, hoje. Vejamos.

O espaço-tempo de nosso cotidiano vem embalado numa rede de sinais, que chamamos de cultura. É através desta rede cultural que conseguimos captar os símbolos. Estes, por sua vez, nos integram numa ordem (rito) que nos possibilita dar corpo aos nossos sentidos. Cinco sentidos que buscam o Sentido, como Simão que, tendo nos braços uma criança, pode exclamar “meus olhos viram, hoje, a tua salvação!” (Lc 2.28-30).

Cabe lembrar que sinais, símbolos e ritos não podem ser unívocos nem uniformes. Limitar nossa experiência litúrgica a certos padrões culturais impostos seria eliminar a riqueza da própria vida, negligenciando o Espírito que, sendo um só, concede muitos dons.

Oratórios com labor

O tempo presente se coloca como um laboratório litúrgico-evangelístico, em que explodem por todos os cantos muitas perguntas, entre as quais:

— Que relação guarda o sentido origi-

nal do termo *liturgia* com as práticas que hoje desenvolvemos em nossas igrejas? Estas práticas merecem o qualificativo de *evangelização*?

— Como tratar, em nosso trabalho pastoral, o conceito que faz separação entre *sagrado* e *profano* (o primeiro *bom* e o segundo *mau*, e ambos essencialmente divorciados), tão comum entre nosso povo? Afinal, onde residem a espiritualidade e as boas-novas?

— Que relações tem a realidade com a nossa prática litúrgica? Qual deve ser a tônica da nossa liturgia e missão? Deve recair sobre a dor do povo oprimido, ou ser, antes, espaço de partilha dos sonhos e anúncio de esperanças? As liturgias de que temos participado de fato nos animam para a vida cotidiana, nos deixam indiferentes ou nos oprimem ainda mais?

— Como escapar das caricaturas de alguns *teatrinhos litúrgicos* que, em vez de fortalecerem nossas raízes culturais, as ridicularizam, quando não se configuram em cópia pirateada de programas de *mass media*?

— Não teria a nossa liturgia se tornado demasiadamente explícita, direta, esclarecida? Tanto quanto o nosso empenho de evangelizar estaria se confundindo com os objetivos e métodos empresariais, com seus planejamentos, metas, prioridades? Não sentimos falta de um pouco de mistério?

— E a música? No país de Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Gal Costa, Marina, Marisa Monte, Elis, Milton Nascimento, Rita Lee, Tonico e Tino, nossos cantos litúrgicos não deixam muito a desejar?

— Os novos caminhos da humanidade interferem na nossa prática eclesial ou continuamos rimando *mutirão* com *opressão*, *evangelização* com *multidão*, ou, então, *cruz* com *luz*?

— Em nossas igrejas que importância temos dado aos símbolos da religiosidade latino-americana? É possível não ceder à tentação de aprisionar gestos e ações a finalidades, conteúdos e mensagens?

— Como se concretizam a experiência litúrgica e o desafio missionário num contexto urbano, marcado pela presença de pessoas de origem camponesa? Como trabalhar a saudade da roça com a vida na selva de pedra?

— Quais os princípios éticos que devem reger nossas relações com as novas expressões religiosas de grupos autônomos, notoriamente urbanas, nascidas no contexto das leis de mercado, que exploram o consumo de bens simbólicos? Até onde não nos assemelhamos a eles?

Encontrar a resposta de tantos questionamentos desafia a criatividade de nossas igrejas, fazendo-nos sonhar e esperar por:

— Experimentar a celebração litúrgica como semente e fruto dos projetos missionários. Curtir o “êxtase” do monte da Transfiguração, lugar da Glória do Senhor, que nos envia à planície, lugar de lutas pela Felicidade dos homens;

— Experimentar nas diferentes culturas o encontro do Evangelho com a vida;

— Experimentar a comunidade litúrgica como sinal da presença de Deus nos momentos de morte e vida do povo;

— Experimentar o culto como ação de graças ao Deus que, de graça, nos salva;

— Experimentar a missão como gesto gratuito, penitenciando-nos de segundas intenções;

— Experimentar a liturgia como a poesia da missão;

— Experimentar a beleza nos poemas, salmos e canções a sacudir nossas existências das mesmices mesquinhas e cotidianas, tocando as dobras do *mistério*;

— Experimentar o pastorado como verdadeira liturgia: que faz repousar em pastos verdejantes e conduz as ovelhas às águas de descanso...

Bênção

Enquanto não se concretizam nossas esperanças, vamos tocando em frente, tropeçando em missas de conquista e cultos governistas, aguardando a plena eucaristia, bênção do Deus eterno.

Luiz Carlos Ramos é pastor presbiteriano e coordenador-geral do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep).

Paulo Roberto Rodrigues é padre católico e integra o Conselho Editorial de CONTEXTO PASTORAL.

Encontro do Cebep discute Igreja e liturgia

Luiz Longuini Neto

Liturgia é o encontro com o essencial da vida". A afirmação foi feita pelo teólogo Rubem Alves na XII Semana de Atualização Teológica (SAT), realizada pelo Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep), de 6 a 9 de agosto em Vinhedo — São Paulo.

Sob o tema "Igreja — Comunidade Litúrgica", participaram 80 pessoas de diferentes confissões cristãs — metodista, presbiteriana, católica e anglicana — de várias partes do País.

O Cebep, ao propor esse tema para reflexão, o fez embasado numa experiência de 18 anos de trabalhos pastorais em terras brasileiras, voltados para uma reflexão crítica sobre a prática pastoral das comunidades cristãs. A reflexão sobre o tema contou com a ajuda de vários assessores, que não somente fizeram preleções como também dirigiram oficinas sobre pregação e liturgia.

Questões desafiadoras

Na abertura da "Semana", o coordenador-geral do Cebep, rev. Luiz Carlos Ramos, traçou as pautas hermenêuticas para a reflexão, expondo várias questões relacionadas ao tema e que refletiam a preocupação da entidade promotora. Isso motivou os participantes a se questionarem sobre o verdadeiro sentido do termo liturgia (serviço público) com o sentido usado hoje nas comunidades, além de ressaltarem a relação da liturgia com a cultura e com a realidade brasileira e latino-americana.

Outra indagação feita foi sobre a relação pouco esclarecedora que existe em nossa liturgia com os símbolos da religiosidade latino-americana. Os participantes se sentiram desafiados a pensar nos princípios éticos que devem reger as relações com as novas expressões religiosas autônomas e a buscar uma experiência litúrgica que recupere

a espiritualidade num contexto urbano marcado pela presença de pessoas de origem camponesa.

A abordagem do tema primou pelas bases bíblicas, seguindo a bela e rica tradição evangélica. O exegeta Paulo Augusto Nogueira, pastor da Igreja Presbiteriana Unida e professor no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação e doutor em Novo Testamento, apresentou estudos sobre "Liturgia no Apocalipse de João". Outro teólogo, Júlio Paulo Zabatiero, professor no seminário da Igreja Presbiteriana Independente em Londrina (PR), desafiou os participantes a pensarem numa das partes mais importantes da liturgia — o sermão —, em suas palestras intituladas "Pregando a Palavra de Deus".

Outro palestrante que encantou a SAT foi José Lima Jr., teólogo, filósofo e poeta. Em sua reflexão, "Com fé sou corpo", ele considerou a relação entre a fé e o corpo.

A reflexão sobre o tema central do evento ficou sob a responsabilidade do rev. Carlos Alberto Rodrigues Alves, pastor, musicista e liturgo. Abordando "Igreja — comunidade litúrgica", sua palestra seguiu as partes tradicionais de uma liturgia, e buscou em cada parte apresentar algo novo e que refletisse o espírito desse esforço por uma nova liturgia. Não faltou evidentemente, as fabulosas pinceladas humorísticas sobre a hinódia evangélica, tanto a tradicional como a atual.

A palestra de encerramento foi proferida pelo teólogo Rubem Alves, reconhecido por muitos como um dos mais importantes e influentes teólogos de nosso século. Rubem abordou o tema "Sobre sonâmbulos, símbolos e címbalos".

Novo ecumenismo popular

O Cebep deixa no cenário evangélico brasileiro belíssimas impressões com a realização da XII SAT. Em primeiro lugar, documenta de maneira bonita e atual toda a programação do evento por meio da revista "Reflexões no Caminho — 3", na qual estão incluídos todos os estudos. A publicação está disponível no Cebep para os interessados.

Outro importante aspecto foi o fato de que uma semana de atualização teológica não foi marcada pelo academismo estéril de intelectuais que vivem distantes de suas comunidades de fé. Essa realidade ficou evidente na oficina de liturgia, quando todos puderam ouvir, falar e preparar uma liturgia, que expressou a vivência das distintas tradições cristãs representadas no encontro.

se chamou no encontro de novo ecumenismo popular.

A XII SAT refletiu o momento atual do Cebep, instituição evangélica brasileira que se revitaliza, renova-se, semeia e cultiva esperança no campo fértil das comunidades cristãs populares (evangélicas e católicas). Um dos sinais dessa renovação está no quadro dos colaboradores e colaboradoras, pessoas comprometidas com suas comunidades e que procuram viver a experiência da fé a partir de uma maneira simples mas bastante comprometida com os valores do Reino de Deus.

A XII SAT não foi um encontro sobre liturgia, mas uma liturgia em si, segundo a opinião de muitos participantes. O Cebep afirma mais uma vez seu compromisso com a vida, em detrimento de todas as manifestações de

Luiz Carlos Ramos



Um dos momentos celebrativos da XII SAT

tro e que recolheu as diversas experiências de espiritualidade.

A comunhão vivenciada por todos foi outro ponto alto do encontro. O Cebep propôs uma vivência ecumênica que tenha como proposta básica uma agenda comum, objetivos alcançáveis e mensuráveis, desafios que possibilitem o encontro e a celebração do que

morte. Celebra, canta, testemunha, promove essa pequena chama de esperança que diante da vida nos torna a todos mais humanos, solidários e fiéis ao Senhor da História.

Luiz Longuini Neto, pastor e doutorando em Teologia, participou da XII SAT.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS (23 de agosto de 1948)

Uma das instituições mais importantes do movimento ecumênico é o Conselho Mundial de Igrejas. Ele é fruto de um longo processo no qual cristãos de todo o mundo foram se encontrando no trabalho missionário, na diaconia, no aprofundamento doutrinário, na educação teológica e chegaram a uma histórica decisão: não podemos continuar alimentando o escândalo da divisão do corpo de Cristo e precisamos oferecer ao mundo um ato concreto de que buscamos um caminho de unidade. Constituiu-se então o Conselho Mundial de Igrejas (Amsterdã).

Não se tratava de criar uma superigreja ou fazer um caminho de retorno à Igreja Católica Romana, como muitos dos seus apressados opositores alardearam, principalmente no Brasil e noutros países da América Latina. Depois de muitas reflexões e orações, assim se definiu o Conselho: "Uma comunidade de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo o testemunho das Escrituras, e procuram responder juntas à sua vocação

comum para a glória do Deus único, Pai, Filho e Espírito Santo".

A presença do Conselho Mundial de Igrejas nos grandes momentos das igrejas e do mundo tem ganho significado crescente a cada dia, não sem dúvidas e obstáculos, que, em muitas ocasiões, têm servido para afirmar ainda mais o compromisso ecumênico de um número sempre crescente de igrejas e cristãos. No início eram apenas 146 igrejas (denominações), e hoje já ultrapassam 300, representando cerca de 500 milhões de cristãos.

O campo de atividade é extenso: vai desde os assuntos específicos da fé ao compartilhar ecumênico de recursos, à luta pelos direitos humanos, ao incentivo de novas formas da congregação local, aos programas de saúde, ao reconhecimento dos direitos das mulheres, à reflexão teológica e à leitura da Bíblia. No momento há um grande chamamento às Igrejas para que se comprometam a trabalhar juntas em prol da justiça, da paz e da integridade da criação.

A produção teórica feminista interroga a universidade

Maria José Fonteles Rosado Nunes

Trabalhando questões epistemológicas que atravessam a produção teórica feminista atual, Sandra Harding afirma que, se a autoridade das mulheres em matéria de conhecimento fosse já reconhecida, não haveria necessidade de uma ciência social feminista.

Parafraseando a autora, poderíamos dizer que o reconhecimento social das mulheres como produtoras de conhecimento tornaria desnecessária a instauração, no âmbito acadêmico, de uma “cátedra feminista”. Porém, a marginalidade a que ainda é relegada a produção teórico-metodológica das mulheres torna-a não só necessária, mas indispensável.

O discurso sobre as mulheres — na sociedade em geral, nas Igrejas e nas instituições acadêmicas — constitui-se em um discurso de homens sobre as mulheres e para elas. Uma palavra dita *no lugar* da palavra feminina. Uma palavra indigna e autoritária, já que prescreve a outro, a lei de seu ser.

Produção do saber e exercício do poder, longe de constituírem esferas estanques e separadas, aparecem historicamente indissociadas. A interação entre produção do conhecimento e controle social faz com que, de uma parte, haja um saber que sustente e justifique ideologicamente um poder. De outra parte, esse mesmo poder engendra as condições de elaboração de um saber que o legitime. Instaurar um novo discurso, um discurso outro, significa insurgir-se contra esse círculo autoritário, rebelar-se contra a fala “competente” e “verdadeira”.

A fala das mulheres, a elaboração discursiva feminista intenta desconstruir esse saber instituído, restituindo-o à sua historicidade, devolvendo-o à sua particularidade, recusando-se as mulheres a se reconhecerem num discurso que as nega.

A palavra recuperada pelas mulheres constitui-se como uma proposta de reformulação dos paradigmas tradicionais de compreensão e análise da realidade.

Análise das relações instituídas entre saber e poder permite perceber a importância da conquista de espaços em que

são abertas possibilidades da gênese de um discurso outro, que veicule a palavra até então não dita, no caso, a palavra feminina, o verbo das mulheres.

Assim, as proposições teóricas feministas inscrevem-se no processo de questionamento dos paradigmas tradicionais sobre os quais se assenta a produção do conhecimento.

Os padrões masculinos — e brancos — exclusivos, de interpretação da realidade são hoje percebidos como inadequados para dar conta da totalidade da experiência humana.

A tarefa feminista de recuperação da palavra

A recuperação da palavra pelas mulheres aparece assim, como uma tarefa relativa à elaboração do conhecimento, em todos os campos do saber. À “tirania” de que fala Foucault, exerce-se sobre o contingente feminino desde as disciplinas acadêmicas que, não só olvidam as mulheres, porém intentam “prescrever-lhes a lei de seu ser”. Isto ocorre no plano das diversas ciências, que definem a mulher sempre em relação ao homem, como um “ser falho”, pela ausência de órgãos sexuais masculinos, ou por apresentar uma inferioridade “natural” que a impede de realizar, como o homem, a imagem divina.

Nesse sentido é que o saber tradicional se torna um saber contra a mulher, um tipo de conhecimento justificador da subordinação feminina e, em consequência, da “autoridade” masculina. Isto vale também para os brancos — homens e mulheres — investidos de uma superioridade “natural” em face de mulheres e homens negros. Em outras palavras, na conceituação “científica” dos seres humanos, encontra-se embutida a legitimação das relações de poder estabelecidas entre eles.

É contra esse saber androcêntrico, legitimador de uma sociedade — e de uma Igreja — patriarcal e branca que se insurgem as teóricas feministas, propondo a criação de outro tipo de saber.

Nessa busca criativa das mulheres para a proposição de novos paradigmas de abordagem da realidade, podemos destacar dois momentos.

Num primeiro momento, a produção acadêmica de cunho feminista busca visibilizar e denunciar a situação das mulheres. Trata-se de “recuperar a presença das mulheres na história e no mundo social, e de superar o viés sexual (sexista, se poderia dizer), nas diferentes abordagens científicas” (Costa). Há uma preocupação recorrente de “fazer aparecer” as mulheres, historicamente ocultadas nas análises pretensamente “universais” ou “gerais”.

Esse visibilizar significa, ao mesmo tempo, a denúncia da situação de subordinação e de exploração das mulheres na família, no trabalho, e na sociedade em geral.

Nessa primeira fase dos estudos feministas, a preocupação analítica centra-se nas discussões em torno das origens da opressão feminina. A pergunta recorrente é: Por que somos exploradas e dominadas? Quando e onde começou o processo de nossa opressão?

Em sua etapa atual, desloca-se o eixo central da investigação feminista. O que preocupa as mulheres é o desvendamento dos mecanismos por meio dos quais se produz e se reproduz a exploração e a dominação da população feminina na sociedade. Mas, atenção especial é dada também às formas históricas de resistência das mulheres.

No plano teórico, marca este segundo momento a proposição de uma nova categoria de análise: o gênero, ou as relações sociais do sexo. Continuando seu intento de refutar o determinismo biológico que remete a uma suposta “natureza feminina” as razões de sua situação social de inferioridade, afirma-se o caráter social das relações estabelecidas entre mulheres e homens, em todos os domínios do social. Passa-se a analisar como os sexos, enquanto construções sociais, operam, da mesma forma que as classes e as raças, em todas as dimensões da rea-

lidade social, até as imaginárias e simbólicas. Propõe-se assim que as relações sociais de sexo, ou o gênero, atravessam, limitam e orientam todas as práticas sociais, e constituem um dos princípios organizadores do social, em sua totalidade.

Assim, quando trabalhamos uma categoria como “classe social”, ou, no campo da Sociologia da Religião, categorias como “clero” e “laicato”, um processo de desconstrução e reconstrução se dá na medida em que “sexualizar” essas categorias e “racificá-las” significa dar-lhes um novo conteúdo, compreendê-las diferentemente, refazê-las, enfim. Daí que a proposta feminista não seja simplesmente “acrescentar” as mulheres aos estudos já existentes, mas reconstruir o instrumental de análise da realidade pela incorporação do gênero e da raça como categorias analíticas.

À guisa de conclusão

Gostaria, finalmente, de lembrar algo que me parece fundamental a esse processo de reelaboração intentado pelas mulheres. As perguntas que orientam a construção do saber não são neutras. A definição de quais questões necessitam de uma explicação científica é tão importante quanto as respostas encontradas. Daí a proposição central hoje aos estudos feministas, da incorporação das experiências das mulheres (de suas lágrimas, se quisermos) — experiências diferenciadas segundo sua classe, raça e cultura —, de suas perguntas e problemas, desejos e interesses, naquilo que se define como problemática de pesquisa e de estudo.

Enfim, se largos são os caminhos abertos à elaboração feminista, profícuas têm já se revelado as tentativas inúmeras de avanço e aprofundamento na criação de um quadro teórico inovador e de uma metodologia multidimensional, pluridisciplinar adequada.

Maria José Fonteles Rosado Nunes é professora do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião do IMS, São Bernardo do Campo / SP.

ESCOLA DOMINICAL: ROBERT REID KALLEY (19 de agosto de 1855)

O rev. Kalley e sua esposa Sarah Poulton Kalley foram os iniciadores da primeira Escola Dominical organizada em nosso país em caráter permanente, em Petrópolis. Ele conheceu a Língua Portuguesa numa experiência atribulada, na Ilha da Madeira, de onde teve que fugir disfarçado de mulher doente. Era um médico conceituado — na Ilha da Madeira era chamado de “santo inglês e obrador de milagres” — originário da Escócia e presbiteriano. Essa qualidade lhe assegurou certas garantias. Amigo de Dom Pedro II, conseguiu alguns direitos para os não-católicos. Entre eles a liberdade de culto, embora em casas sem aparência de templos; casamento religioso não-católico, na dependência de uma lei (1861) a qual foi regulamentada por Decreto Imperial (1863); direitos políticos e civis independentemente da religião professada; igreja como pessoa jurídica; sepultamento dos não-católicos em cemitério público. Quanto a este último item é curioso registrar o fato de que o Marquês de Olinda oficiou ao bispo do Rio de Janeiro a fim de realizar uma cerimônia que retirasse a sagração de uma parte do terreno do cemitério de São Francisco Xavier para os não-católicos.

Insurgiu-se contra a escravidão. Numa “Exortação” sobre o assunto afirmou: “É escravo? Ninguém tem o direito de fazê-lo escravo, roubando-lhe a liberdade pessoal (...) O senhor que procede desse modo é inimigo de Cristo: não pode ser membro da igreja de Jesus...” (Reily, “História Documental do Protestantismo no Brasil”, pp. 102, 103).

“Erá um homem de espírito pronunciadamente evangélico, mas empenhado em permanecer alheio a estreitos denominacionalismos e a fórmulas rígidas de credo” (M.P. Testa cit. p. Salustiano P. César em “O Congregacionalismo no Brasil”, p.13).

Entre muitos frutos desse trabalho, a Igreja Evangélica Fluminense (1858), a primeira de língua portuguesa organizada no Brasil, e o hinário “Salmos e Hinos” (1961). Mais tarde aparece o jornal “O Cristão” (1892). Desse trabalho pioneiro surgiu a União das Igrejas Evangélicas Congregacionais (nome adotado somente em 1960). Denominação de bases rigorosamente nacionais e que nestes cento e trinta e sete anos tem sido uma presença de muita expressão.

Convenções da Eco-92

Dentro da sua compreensão de justiça, paz e integridade da criação, as Igrejas aproximaram-se da Cúpula da Terra convencidas da necessidade de uma ação para proteger o bem-estar de toda a criação e para corrigir as iniquidades que perpetuam a pobreza em tantas partes do mundo.

Na Eco-92, nós reconhecemos tanto as conquistas como as limitações. Pela primeira vez, a comunidade mundial esteve reunida para tratar das crises inter-relacionadas da destruição ecológica e da pobreza global. Porém, os resultados da Eco-92 são uma resposta inadequada para a gravidade da crise. As Igrejas têm estado envolvidas por muitos anos em questões ambientais e de desenvolvimento e continuarão muito depois de Eco-92. Elas vêem a Eco-92 como um ponto em um longo processo para se conseguir sustentabilidade ecológica e justiça econômica. A abrangência da Agenda 21 da Eco-92 é uma ilustração da natureza de longo prazo das questões.

Dada a urgência de fazermos progresso, as Igrejas têm um papel importante de testemunhar para o seu povo a respeito das mudanças necessárias para se alcançar um desenvolvimento justo, equitativo e ecologicamente sustentável. Redes ecumênicas entre as Igrejas, incluindo a rede JPIC (Justiça, Paz e Integridade da Criação), serão cruciais para agilizar o acompanhamento da Igreja à Eco-92.

A Declaração do Rio

O CMI (Conselho Mundial de Igrejas) e algumas igrejas-membros foram muito ativas nos estágios iniciais das negociações da Eco-92 provendo contribuições para o que foi proposto como uma "Carta da Terra".

A Declaração do Rio foi o resultado destas negociações, e talvez um meio-termo apropriado entre as posições defendidas pelos vários países. A Declaração reconhece a responsabilidade humana com o cuidado com o planeta como um todo; reconhece que a crise ecológica é provocada em grande parte pelas práticas consumistas e industriais das nações desenvolvidas; e convoca para uma maior cooperação internacional a fim de se enfrentarem problemas ambientais e de desenvolvimento. Muitos dos princípios (e.g. princípio preventivo, princípio poluidor paga) provêm a base para mudanças significativas e talvez até radicais se tomadas a sério e implementadas. As Igrejas devem usar a Declaração do Rio para pressionar por mudanças internacionalmente e em suas próprias sociedades. As Igrejas devem estar preparadas para participar em outros movimentos em prol de uma Carta da Terra plena, talvez em 1995, no cinquentenário das Nações Unidas.

Biodiversidade

A riqueza e variedade das formas de vida na Terra atestam a criatividade de Deus. Reconhecemos que a natureza antropocêntrica tradicional da teologia cristã tem contribuído para que uma única espécie, o ser humano, destrua e ameace muitas outras formas de vida. Ademais, os poderosos da comunidade humana estão tentando conseguir os direitos sobre as formas de vida para extrair o máximo de lucro econômico. A comunidade internacional precisa tomar uma atitude para proteger a biodiversidade. A Convenção da Biodiversidade assinada no Rio por algumas nações é um primeiro passo, mas são necessárias e urgentes ações adicionais para limitar o impacto destrutivo das sociedades em geral, e especificamente, das transnacionais e governos. As Igrejas podem desempenhar um papel importante na defesa de princípios que: respeitem a integridade inerente de todas as espécies (cf. Os Direitos da Natureza produzida pela WARC); conservem a biodiversidade para estabilizar o sistema de suporte vital do planeta; permitam um desenvolvimento sustentável e assegurem acesso equitativo a recursos regenerativos; protejam os direitos territoriais dos povos indígenas em cujas terras existam grandes variedades de formas de vida; controlem o ameaçador movimento de lixo tóxico e seu despejo através das fronteiras nacionais (cf. Convenção de Basel 1989) bem como seu impacto destrutivo dentro dos países.

Mudança climática

O CMI e muitas-igrejas membros têm estado preocupados com o aquecimento global. Eles vêem isso como uma ameaça à Criação provocada em grande parte por emissões poluentes das nações industrializadas mas com consequências adversas sentidas com mais severidade pelas nações em desenvolvimento.

A convenção sobre o clima assinada na Eco-92 é um primeiro passo para enfrentar o problema, mas é muito pouco para o que é necessário. A convenção não contém alvos ou cronogramas específicos para limitar as emissões causadoras do efeito-estufa, em grande parte por oposição dos Estados Unidos. Reduzir a ameaça do aquecimento global implica claramente na necessidade, dentro das nações industrializadas, de uma mudança drástica nos estilos de vida, uma grande redução no consumo de energia e uma significativa reorientação de suas economias. Evidências científicas indicam a necessidade de uma redução global de emissões de dióxido de carbono em 2%

anualmente, para que não ocorram danos irreversíveis aos ecossistemas. Para permitir o desenvolvimento do Sul, um índice maior de redução (e.g. 3%) deve ser exigido dos países industrializados.

As Igrejas devem encorajar suas sociedades, através de quaisquer meios possíveis, a procurarem cumprir tais alvos, bem como limitarem outras emissões causadoras do efeito-estufa e banimento dos CFCs, o que aumenta drasticamente a conservação e eficiência energética, etc.

Energia nuclear não é uma alternativa apropriada aos combustíveis fósseis, com base numa perspectiva ecológica ou econômica. Reduzir a demanda de energia é a melhor opção. Todos os países, sejam do Norte ou do Sul, devem promover o desenvolvimento de florestas e outras plantações como um depurador de carbono (cf. Declaração de Seul JPIC, Relatório da Consulta Gwatt, "Igrejas e Mudança Climática"). À medida que países do Sul buscam o desenvolvimento, são desafiados pelo aquecimento global a não repetirem os mesmos erros do Norte. A limitação do aumento de suas emissões é complicada devido a muitos fatores econômicos, incluindo o elo entre pobreza e desmatamento. Cooperação internacional e transferências significativas de recursos financeiros e tecnologia serão necessárias se o Sul seguir modelos de desenvolvimento justos e sustentáveis. O cancelamento das dívidas externas ajudaria a mover as economias do Sul por caminhos ecologicamente sustentáveis. As Igrejas ao redor do mundo devem dar testemunho das significativas mudanças de estilo de vida que serão exigidas para amenizar o aquecimento da terra nos níveis locais e devem apoiar negociações internacionais para tratados mais rigorosos sobre mudanças climáticas no nível global.

Florestas

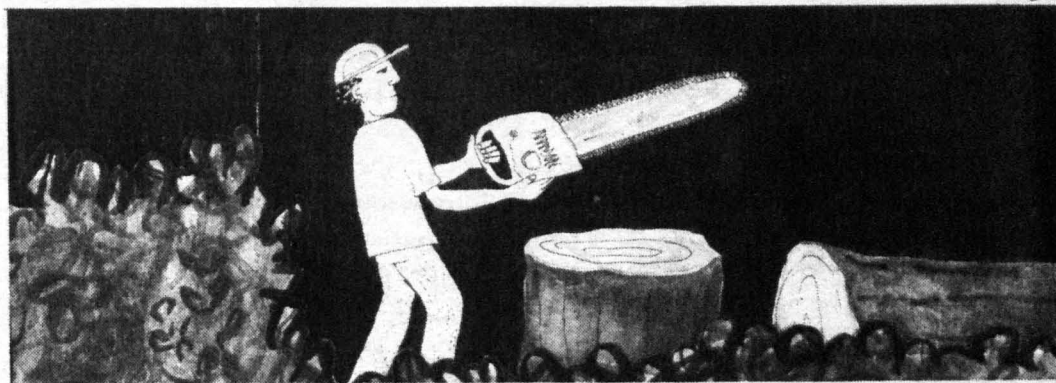
As florestas, tanto tropicais e subtropicais no Sul como boreais no Norte, são chaves para a sobrevivência e saúde da Terra e seus habitantes, incluindo as árvores e seu importante papel na limitação do aquecimento global agindo como depuradoras de carbono.

As Igrejas vêem como insustentáveis as práticas em relação às florestas atuais em muitos países, tanto industrializados como em desenvolvimento. Em muitos lugares essas práticas ameaçam as culturas e sobrevivência dos povos indígenas das florestas, que dependem destas florestas e que viveram em harmonia com elas durante gerações. Os países não chegaram a um acordo para assinatura de uma Convenção Florestal na Eco-92. Alguns países apoiaram uma declaração mais limitada de Princípios para Gerenciamento das Florestas. Mesmo reconhecendo que a situação das florestas, bem como outras questões, levantam problemas complexos de soberania nacional, as Igrejas devem encorajar ações nacionais e internacionais que: assegurem a sustentabilidade a longo prazo das florestas da Terra; reconheçam e respeitem os direitos territoriais indígenas e de outros povos das florestas e recorram à sua sabedoria nos cuidados com as florestas; dêem prioridade à paralisação do desmatamento de florestas primárias e ecossistemas florestais; oponham-se a práticas florestais insustentáveis de suas corporações nacionais operando em seu país ou em outros; apoiem em solidariedade aqueles que resistem à destruição das florestas.

Agenda 21

O plano de trabalho ambicioso em muitas áreas do meio ambiente e desenvolvimento desenhado na Agenda 21 trará desafios para todos os países às portas do próximo século. Questões significativas permanecem não resolvidas, incluindo o fundo para as propostas da Agenda 21.

As Igrejas devem desempenhar o decisivo papel de monitorar essas negociações internacionais e encorajar seus países a participarem ativamente e construtivamente no sentido de resolver os problemas críticos de meio ambiente e desenvolvimento.



Irmgard

IGREJAS EXIGEM JUSTIÇA

Reunidos/as em Salvador, Bahia, nos dias 4 a 6 de agosto de 1992 para a Assembléia da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), nós, delegados/as de igrejas cristãs (Igreja Metodista, Igreja Episcopal-Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil e Igreja Católica Romana), ouvimos relatos da dramática situação em que o povo se encontra. Como Igrejas, vemos desespero, desesperança, desânimo, descrença nas Instituições.

O povo assiste, estarecido, a enxurrada de denúncias de corrupção e de mentiras oficiais produzidas para poupar mandatários omissos ou coniventes com este quadro degradante.

Chamadas a proclamar, como Igrejas, a bem-aventurança aos pacificadores, aos mansos de espírito, aos misericordiosos, também proferimos uma palavra dura de denúncia contra os grupos econômicos poderosos e governantes inescrupulosos, políticos e dirigentes que buscam seus interesses próprios, sem qualquer compromisso com o bem-estar da Nação. A paciência deste povo empobrecido está no limite do seu rompimento.

Chamamos esta Nação, tão cheia de vitalidade reprimida, a desenhar um novo projeto político para o Brasil, uma proposta que de fato venha saldar a enorme dívida social acumulada em todos estes anos de crescimento sem divisão do bolo, uma proposta que não esteja respaldada apenas em slogans propagandísticos. Mas um projeto voltado a uma sociedade justa, equânime,

e que devolva a esperança de vida. Um projeto capaz de sonhar a utopia de um novo céu e uma nova terra, pois é esta a oferta do Criador a todas as criaturas. A hora é a do momento novo, "de transformar o que não dá mais", do salto político qualitativo que abandona todo o tipo de resignação.

Em nome do resguardo das instituições, confiamos, pois, que a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito do caso do empresário PC Farias constituída para apurar as denúncias de corrupção não termine, mais uma vez, em nada. Esperamos que o relatório desta CPI vá às últimas consequências, com o indiciamento e a punição dos implicados. Este é um momento único para a sociedade brasileira recolocar a ética como princípio de vivência política.

Igreja Episcopal-Anglicana do Brasil
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — IECLB
Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo" — IEBPC
Igreja Católica
Igreja Metodista
Igreja Presbiteriana Independente do Brasil — IPI
Igreja Presbiteriana Unida do Brasil — IPU
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs — CONIC
Instituições diversas:
 ■ *Movimento Sem-Terra — MST*
 ■ *Movimento Negro Unificado — MNU*
 ■ *Comitê Rio Maria*
 ■ *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — IBASE*
 ■ *Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI*
 ■ *Coordenadoria Ecumênica de Serviço — CESE*

(Documento final da Assembléia Geral da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, endereçado às igrejas e demais segmentos da sociedade civil)

Herlinger / O Globo

